

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXX**

Autos do Processo nº: **XXXXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, assistido pela DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal, vem, perante Vossa Excelência, apresentar

<b>MEMORIAIS</b>
------------------

Fazendo-os nos seguintes termos.

**I - BREVE RELATO**

Trata-se de ação penal ajuizada contra **FULANO DE TAL**, denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime previsto no artigo 348, §1º do Código Penal.

Recebimento da denúncia (ID. **XXXXXX**); citação pessoal (ID. **XXXXXX**); audiência de instrução e julgamento (ID. **XXXXXX**).

Em sede de memoriais, o MPDFT pugnou pela condenação do acusado (ID. XXX). Vieram os autos com vistas à defesa técnica para o oferecimento de Alegações Finais por memoriais, o que ocorre oportunamente.

É, em síntese, o relatório.

**II - DO DIREITO**

## II.1 - DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA

Ao deixar de descrever o suposto crime que o sr. **FULANO DE TAL** teria cometido, a Denúncia impede o exercício da ampla defesa e contraditório, pois não narra qual teria sido a conduta típica principal. O crime tipificado no artigo 348 do código penal exige a elementar do tipo “autor de crime”. Logo, não bastaria a identificação da autoria de um crime de maneira genérica, tal como a denúncia deixou de descrever a conduta que **FULANO DE TAL** teria praticado. A falta dessa informação impede a Defesa de elucidar se **FULANO DE TAL** tentou subtrair-se da ação de autoridade por haver cometido, efetivamente, um crime ou uma contravenção penal.

A falta de descrição de qual fato **FULANO DE TAL** teria cometido permite interpretar a possibilidade de prática de contravenção penal, visto que não há descrição do fato cometido por **FULANO DE TAL** na exordial acusatória (nem há documentos nos autos aptos ao esclarecimento de sua conduta). Logo, **não há que se falar, portanto, em favorecimento pessoal, tendo em vista a ausência de descrição clara de todos os fatos e circunstâncias nos termos do artigo 41 do código de processo penal impede a Defesa de apurar a tipicidade da conduta de FULANO DE TAL, a fim de enquadrá-la na definição de crime, contravenção penal ou fato atípico.**

No dia **xx/xx/xxxx**, às **xx horas**, no **ENDEREÇO TAL**, o denunciado, com vontade livre e consciente, auxiliou a subtrair-se a ação de autoridade pública a pessoa de **FULANO DE TAL, autor de crime a que é cominada pena de reclusão**. No dia acima mencionado, o denunciado **FULANO DE TAL**, ciente de que **FULANO DE** seria autor do crime, estando com a tornozeleira eletrônica em local indevido, auxiliou a subtrair à ação de autoridade policial, vez

que ao ser indagado a respeito do foragido, negou a presença deste no recinto. Diante disto, o denunciado **FULANO DE TAL** está incurso **nas penas do artigo 348. § 1º, do CP**, motivo pelo qual o Ministério Público requer que o denunciado seja intimado a comparecer em audiência de instrução e julgamento e que, apresentada a defesa, a denúncia seja recebida com a sequência prevista em lei.

Não há nenhum dado revelador de qual seria o fato praticado por **FULANO DE TAL**: se houve coatores, vítimas, local, circunstâncias, excludentes de ilicitude e culpabilidade, privilégios e causas de diminuição da pena. Além disso, na denúncia é afirmado que **FULANO DE TAL** é autor de crime a que é cominada pena de **reclusão**, no entanto, afirma-se também que o acusado **FULANO DE TAL** está incurso nas penas do artigo 348, §1º que prevê a conduta do favorecimento pessoal a autor de crime apenado com **detenção**.

A denúncia é incongruente. Todo Direito Penal moderno gira em torno do conceito de conduta humana, mas **a Denúncia não trouxe informações suficientes para se aferir a suposta conduta**. A única informação que ali reside seria a negação da presença de **FULANO DE TAL** no recinto, permanecendo silente em relação **à conduta principal supostamente praticada por FULANO DE TAL**.

Ao contrário, do art, 41 do CPP dispõe que a denúncia conterá a **exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias**, a fim de ensejar o exercício do direito da ampla defesa no processo penal.

### ***Código de Processo Penal***

*Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.*

### ***Constituição Federal da República do Brasil***

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

***LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;***

Nesse caso, sobre a ausência de exposição clara, ainda que sucinta, de um fato típico, o e. Supremo Tribunal Federal vem decidindo no seguinte sentido.

EMENTA: HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE DE EXAME MESMO DEPOIS DE JULGADA A AÇÃO PENAL. ORDEM DEFERIDA. 1. A sobrevinda de acórdão condenatório julgando procedente a denúncia cuja inépcia é questionada no habeas corpus não afasta o interesse de exame do writ, sendo plenamente possível o reconhecimento da inviabilidade da inicial acusatória e o trancamento da respectiva ação penal, mesmo considerando-se a posterior confirmação levada a efeito pelo Superior Tribunal de Justiça no exame de recurso especial. 2. Não se pode ter como sugestivo do crime de quadrilha a mera menção ao nome do impetrante por outros acusados, segundo captada em interceptações telefônicas, sem qualquer base concreta que demonstre, minimamente, a eventual prática delitiva. 3. **Denúncias genéricas, que não descrevem os fatos na sua devida conformação,**

**não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito.** 4. Não é difícil perceber os danos que a mera existência de uma ação penal impõe ao indivíduo. Daí a necessidade de rigor e prudência por parte daqueles que têm o poder de iniciativa nas ações penais e daqueles que podem decidir sobre o seu curso. 5. Ordem deferida para determinar o trancamento da ação penal instaurada em face do paciente. (HC 89310 / SP - SÃO PAULO HABEAS CORPUS Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES Julgamento: 31/03/2009 Órgão Julgador: Segunda Turma)

A denúncia ao não deixar de expor todas as elementares do tipo do artigo 348 do código penal, criando confusão, ao não descrever a conduta de **FULANO DE TAL**, mas apenas dizer que ele praticou um crime, de modo evasivo, deixando margem à interpretação de prática de crime punido com reclusão ou com detenção, haja vista a divergência entre a narrativa do fato “autor de crime a que é cominada pena de **reclusão**” e a capitulação do fato “está incurso nas penas do artigo 348. § 1º, do CP”. A ausência de inclusão da descrição da conduta supostamente praticada por **FULANO DE TAL** impede a Defesa de colocar em prática as garantias fundamentais do contraditório e ampla defesa, razão pela qual pugna-se pela **rejeição da denúncia** por ofensa ao artigo 5º, inc. LV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

## **II.2. - DA AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DE TIPO**

Como se sabe, o crime de favorecimento pessoal, previsto no art. 348 do CP, consiste em auxiliar a subtrair à ação de autoridade policial e o efetivo dolo do acusado de beneficiar o autor da conduta principal.

O fato só é punido a título de dolo. O agente deve ter consciência de que o beneficiário de seu auxílio seja penalmente

responsável pela prática de crime e mesmo assim contribua para que ele se coloque a salvo da ação da autoridade pública.

O indiciado agiu **sem qualquer intenção de infringir a ordem legal**, motivo pelo qual não é possível tipificá-lo no dispositivo penal em comento. Sabe-se que os policiais não estavam fardados e, além disso, **o acusado estava dormindo e não tinha ciência de que seu amigo ainda estava em sua casa.**

Na audiência de instrução, o policial disse que “foi indagado o porquê do acusado tentar acobertar o amigo mas não tô lembrado”. Já por sua vez, o acusado disse que seu amigo esteve em sua casa, eles lancharam e depois, enquanto este ficava conversando com sua irmã, **aquele foi dormir**. Quando acordou **achou que seu amigo não estava mais em sua casa.**

Observa-se que como estava dormindo, **o réu não tinha como saber se seu amigo ainda estava em sua casa.**

O dolo exige consciência e vontade. Entretanto, nenhum de seus elementos ficou efetivamente comprovado nas provas produzidas em Juízo. Ao contrário, provou que **FULANO DE TAL** desconhecia a localização de **FULANO DE TAL**, pois foi dormir e deixou **FULANO DE TAL** conversando com sua irmã. Ademais, os policiais foram até sua residência sem fardas ou identificação, no período noturno, a procura de alguém que **FULANO DE TAL** imaginava não estar mais em sua residência. (Será que esse tipo de procedimento também é aplicado na prática, em franca violação à inviolabilidade do asilo do indivíduo, nos termos do artigo 5º, inc. XI, da CF/88, nas residências do Lago Sul e Lago Norte?).

Desse modo, ante a clara ausência de dolo na conduta de **FULANO DE TAL**, a Defesa requer a absolvição por atipicidade da conduta, nos termos do art. 386, III, do CP.

### **II.3. - DA ATIPICIDADE DA CONDUTA**

O art. 348 do CP configura crime de favorecimento pessoal como: *“Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão: (...)”*

A conduta descrita nos autos revela que nunca houve auxílio a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime. De fato, o acusado disse que o suposto beneficiado não se encontrava em sua casa, porém disse isso porque não sabia que seu amigo ainda estava em sua casa. De qualquer modo, **este realmente não estava em sua casa, mas sim no telhado da casa vizinha.**

O fato de ter outras pessoas na primeira casa e a irmã do acusado na casa dos fundos e **nenhuma destas terem sido arroladas para testemunharem**, além de possuir vícios na denúncia, são provas de que o Ministério Público não tem interesse em apurar os fatos mas apenas punir o sr. **FULANO DE TAL.**

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer-se a declaração de **nulidade** da decisão de recebimento da denúncia, por violação ao artigo 41 do CPP, e, no mérito, pugna pela **absolvição do acusado**, com base no art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal.

Pela gratuidade de justiça.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Local, dia, mês e ano.

**DEFENSOR FULANO DE TAL**